



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

GERÊNCIA-GERAL DE APOIO AS COMISSÕES

APROVADO

Em 6/3/13

[Assinatura]

PRÉSIDENTE

REQUERIMENTO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais:

O Deputado que este subscreve requer nos termos regimentais, seja realizada **audiência pública**, no município de Espera Feliz, para apurar denúncia de assédio moral, abuso de poder, violação de direitos humanos e outras garantias funcionais em desfavor do oficial de justiça **Sr. Ivo Luiz de Souza Duarte**. Segundo informado pelo presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores de Minas Gerais, muitos são os relatos de desrespeito à população e aos servidores do fórum local. O Sindojus recebeu denúncias sobre desvios comportamentais do magistrado Dr. Rômulo dos Santos Duarte, além de prática de assédio moral, abuso de poder, arbitrariedade e falta de ética profissional. Há relatos de uma reunião em que o magistrado teria ofendido todos os servidores afirmando que "a prestação de serviço era um lixo" além de ter utilizado palavras de baixo calão. *Para tanto requer sejam providadas as autoridades postuladas em anexos.*

Sala das Comissões, 5 de março de 2013.

[Assinatura]

DEPUTADO SARGENTO RODRIGUES
Vice-Líder da Bancada do PDT - ALMG
Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justificação: O presente requerimento tem por objetivo que seja realizada **audiência pública**, no município de Espera Feliz, para apurar denúncia de assédio moral, abuso de poder, violação de direitos humanos e outras garantias funcionais em desfavor do oficial de justiça **Sr. Ivo Luiz de Souza Duarte**. Segundo informado pelo presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores de Minas Gerais, muitos são os relatos de desrespeito à população e aos servidores do fórum local. O Sindojus recebeu denúncias sobre desvios comportamentais do magistrado Dr. Rômulo dos Santos Duarte, além de prática de assédio moral, abuso de poder, arbitrariedade e falta de ética profissional. Há relatos de uma reunião em que o magistrado teria ofendido todos os servidores afirmando que "a prestação de serviço era um lixo" além de ter utilizado palavras de baixo calão.

Por ser matéria relevante e de inequívoca competência desta comissão, conto com o apoio dos pares na aprovação deste requerimento.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no final do texto.